



pilar
prefeitura

Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.

FL Nº 3075
CPL PILAR

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

CONTRATO Nº 84/2022

PROCESSO 0215-0024/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS, AS MARGENS DA LAGOA MANGUABA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, E DO OUTRO LADO COMO CONTRATADA, A EMPRESA ARQUITEC ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

PREÂMBULO DAS PARTES E DO FUNDAMENTO

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar/AL, neste ato representado pela Prefeita Interina, Ivanilda Rodrigues de Melo, brasileira, solteira, professora, inscrita no RG 321.879- SSP/AL e no CPF de nº 164.440.864-34, doravante denominado **CONTRATANTE**:

2- CONTRATADA: **ARQUITEC ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, sediada à Rua Prof. Silvio de Macedo, 68, Jatiúca, Maceió/AL, inscrita no CNPJ sob nº 02.423.864/0001-41, neste ato representada por seu representante legal, Sr. João Medeiros Rocha, RG nº 214.399 SSP/AL, CPF nº 099.321.864-49, doravante designada **CONTRATADA**.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação decorre do procedimento licitatório na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022**, tipo menor preço, sob o critério de empreitada por preço unitário. Aplicam-se a esta contratação as determinações contidas na lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. Passam a fazer integrante deste instrumento como se transcrito fossem o Processo Administrativo nº 0215-0024/2022 com todas as instruções e documentos, e o Edital com seus anexos, especialmente o PROJETO BÁSICO, complementando e compondo o presente contrato para todos os fins de direito obrigando as partes em todos os seus termos, independente de transcrição, inclusive a Proposta de Preços da **CONTRATADA**, sempre prevalecendo a interpretação que melhor atender ao interesse público.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS, AS MARGENS DA LAGOA MANGUABA, no Município de Pilar/AL**, nas condições estabelecidas no EDITAL E DEMAIS ANEXOS e encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual, especialmente o PROJETO BÁSICO e demais documentos constantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência deste contrato será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogada desde que devidamente justificado por escrito.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O prazo para execução da obra objeto deste contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A eventual reprovação da(s) obra(s), em qualquer fase de execução, não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a contratada da aplicação das multas contratuais.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O prazo para conclusão da(s) obra(s) poderá ser alterado nas hipóteses previstas no contrato.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Ficará o contratado obrigado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28

JOAO MEDEIROS ROCHA:09932186449
Assinado de forma digital por JOAO MEDEIROS ROCHA:09932186449
Data: 2022.11.22 17:34:02 -03'00'

João Medeiros Rocha



pilar Prefeitura
Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.

FL.Nº 3076
CPL PÍLAR

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor total da contratação é de R\$ 14.353.513,52 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e treze reais e cinquenta e dois centavos)

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - No preço dos serviços deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, inclusive indenizatórias, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro, exigências quanto às normas de medicina e segurança do trabalho materiais, equipamentos, uniformes, transporte, alimentação, hospedagem e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O valor consignado neste Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data de referência do orçamento, conforme determinações do Projeto Básico e do edital.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do objeto deste contrato deverão se proceder pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

DOS RECURSOS DO CONVÊNIO: Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto deste convenio totalizam 15.241.963,65 (quinze milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), compreendendo – recursos da **CONCEDENTE** no valor de R\$ 15.225.963,65 (quinze milhões, duzentos e vinte cinco mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos), que correrão por conta do PTRES: 16.482.0007.3231 – Construção de Habitações de Interesse Social – Elemento de Despesa: 4.4.40.42 – Região de Planejamento: 210 – Todo Estado – Fonte: 0100 – Recursos Ordinários, recursos do **CONVENIENTE** relativos a sua contrapartida, conforme o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício.

Unidade Orçamentária:	15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Classificação Funcional Programática:	16.482.0010.0001.7001
Projeto/Atividade:	7001 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CASAS POPULARES
Elemento de Despesa:	4.4.9.0.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, sendo a primeira medição com 30 (trinta) dias após o início das obras, após a emissão do Termo de Autorização, em parcelas proporcionais aos serviços executados, desde que a CONTRATADA apresente:

- 5.1.1. Ofício da empresa solicitando pagamento com identificação do contrato, do processo licitatório, do(s) convênio(s) e número da conta a ser depositado os valores da medição;
- 5.1.2. Nota Fiscal contendo identificação do contrato, do processo licitatório, do(s) convênio(s);
- 5.1.3. Boletim de Medição contendo Cronograma físico-financeiro, relatório fotográfico, planta iluminada e memorial de cálculo;
- 5.1.4. Diário de obra compatíveis com número de funcionários exibidos nas guias de GPS e FGTS;
- 5.1.5. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Execução;
- 5.1.6. Guias de FGTS (PAGAS) e referentes aos meses relacionados no diário de obras (com o mesmo número de trabalhadores);
- 5.1.7. Guia de Recolhimento Fiscal (GRF);
- 5.1.8. GPS (PAGAS) e referentes aos meses relacionados no diário de obras (com o mesmo número de trabalhadores);
- 5.1.9. GFIP – comprovante do envio;
- 5.1.10. CNDs - Certidões de Negativas regularidade fiscal (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, Falência, FGTS-CEF);
- 5.1.11. C.E.I. especificando a matrícula e com o endereço da obra (primeira medição);
- 5.1.12. Alvará de localização;
- 5.1.13. PPRA - Relatório do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (primeira medição);
- 5.1.14. PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho (primeira medição);
- 5.1.15. PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (primeira medição);
- 5.1.16. LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (primeira medição);

Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28

JOAO
MEDEIROS
ROCHA:099
32186449
Assinado de forma digital por JOAO MEDEIROS ROCHA:09932186449
Data: 2022.11.22 17:34:39 -03'00'



pilar *Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*
prefeitura

FLNº 3077
CPL PILAR

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

- 5.1.17. Licenças Ambientais (primeira medição);
 - 5.1.18. CEI – CND – Certidão Negativa da matrícula da Obra (última medição);
 - 5.1.19. Habite-se da obra (última medição);
 - 5.1.20. Termo de Garantia de eventual equipamento instalado (última medição);
 - 5.1.21. Termo de Recebimento Provisório da Obra (última medição);
- 5.2. O pagamento será condicionado, ao atesto na peça técnica e nota fiscal pela FISCALIZAÇÃO da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGACIONES DA PARTE

Conforme Projeto Básico, parte Integrante deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

A contratada poderá subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor global do contrato. Não poderá subcontratar os serviços de maior relevância no orçamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A contratada deverá solicitar formalmente à Unidade Gestora do Contrato os pedidos de subcontratação, mediante apresentação de todos os documentos exigidos no edital e seus anexos, bem como as demais condições abaixo:

- a) Relação dos serviços a serem subcontratados.
- b) A empresa subcontratada deverá apresentar patrimônio líquido proporcional aos serviços exigidos da Contrata da principal.
- c) Demonstração de capacidade técnico/operacional no mínimo igual a 50% (cinquenta por cento) das obras a serem subcontratadas por meio de atestados de execução e conclusão bem sucedida, emitidos em seu nome, fornecidos por pessoa de direito público ou privado, de obras de mesma natureza e Comprovação de possuir, em seu quadro funcional, profissional qualificado, nos termos da lei, para gerir as obras que lhe forem subempreitadas.
- d) A subcontratação não altera as obrigações da contratada. Não será admitida a cessão do contrato.
- e) Qualquer atividade objeto de subcontratação somente poderá ser iniciada mediante contrato firmado entre a contratada e o seu Subcontratado, a apresentação de todos os documentos exigidos no edital, com anuência formal da Unidade Gestora do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Deverá constar no contrato, firmado entre a Contratada e a(s) Subcontratada(s):

- a) Que a contratada é a única responsável por todas as obras executadas pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto desta Licitação;
- b) Cláusula especificando as parcelas das obras/ subcontratados discriminando suas quantidades;
- c) Cláusula explicitando que as partes concordam com a emissão, de atestado técnico em documento único, contemplando as parcelas das obras efetivamente executadas pelas empresas.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A Subcontratada não poderá iniciar suas atividades antes da decisão da Administração sobre a subcontratação, sob pena de aplicação de penalidade à Contratada.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O contrato firmado entre a Contratada e a Subcontratada será apresentado à PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR - AL que poderá objetar relativamente às cláusulas que possam vir em seu desfavor ou ensejar responsabilidades e encargos de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A Subcontratada estará sujeita às exigências relativas a Encargos Sociais e Trabalhistas - EST e Segurança e Medicina do Trabalho.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A empresa subcontratada deverá apresentar o comprovante de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA, conforme condições estabelecidas para a CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Caso a Subcontratada não atenda as exigências de qualidade e segurança na execução das obras subcontratadas, a Contratante poderá desautorizar a subcontratação.

SUBCLÁUSULA OITAVA - A Contratada deverá, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação da empresa indicada para subcontratação que comprove também:

**Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28**

**JOAO
MEDEIROS
ROCHA:0993
2186449**
Assinado de forma digital por JOAO MEDEIROS ROCHA:09932186449
Dados: 2022.11.22 17:35:17 -03'00'

João Medeiros



pilar Prefeitura
Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.

FL N° 3078
CPL PILAR

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

- a) Regularidade fiscal e trabalhista respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato;
- b) Inexistência de servidores, funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na PMP entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios.

SUBCLÁUSULA NONA - A relação que se estabelecerá na assinatura do contrato será exclusivamente com a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a administração pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - A subcontratação de que trata este item não exclui a responsabilidade do Contratado perante a PMP quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A empresa vencedora da licitação ficará sujeita às penalidades previstas no edital, bem assim no termo de contrato, em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas naqueles instrumentos, garantida a prévia defesa e o contraditório em regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em), a saber:

- 8.1.1. Advertência;
- 8.1.2. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total adjudicado, por dia de atraso, caso não dê início aos serviços no prazo de 02 (duas) dias úteis a partir da data de emissão termo de "Autorização de Início dos Serviços";
- 8.1.3. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total adjudicado por dia de excesso que venha ocorrer no prazo previsto para a conclusão do serviço;
- 8.1.4. Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total adjudicado, por cada ocorrência de inexecução parcial do contrato;
- 8.1.5. Multa equivalente a 1,0% (um por cento) do valor total adjudicado, por cada ocorrência de inexecução total do contrato;
- 8.1.6. Multa de 6% (seis por cento) do valor global do contrato no caso de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades estabelecidas nesta cláusula, que terá caráter disciplinador do processo de licitação, cujo não pagamento poderá ensejar cobrança judicial e impedimento para contratar com a Administração pelo período de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

8.2. Penalidades previstas no edital, bem assim no termo de contrato, em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas naqueles instrumentos, garantida a prévia defesa e o contraditório em regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em);

8.3. Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Fica assegurada a Administração a proceder com a execução da garantia contratual no percentual de 5% do valor da contratação.

CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS TÉCNICOS DE LICITAÇÃO

Caberá à contratada a responsabilidade de executar as obras de acordo com as exigências contidas no edital e seus anexos, bem como nos seus documentos integrantes, independente de sua transcrição, destacando-se entre outros: projetos técnicos, especificações, planilhas, notas de serviços, normas técnicas e demais procedimentos, devendo ainda atentar para os seguintes aspectos, de acordo com Projeto Básico em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS VEDAÇÕES

- a) É vedado à CONTRATADA: Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO GESTOR DO CONTRATO

11.1. O Gestor do Contrato será informado futuramente na expedição da OS, cujas atribuições estão a seguir relacionadas, em cumprimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/93, é designado para a fiscalização:

Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28

JOAO
MEDEIROS
ROCHA:0993218644
32186449
Assinado de forma digital por JOAO MEDEIROS ROCHA:0993218644
Dados: 2022.11.22 17:35:51 -03'00'

João



pilar
prefeitura

Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.

FLNº 3079
CPL PILAR

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Expedir Ordem de Serviços, em conjunto com o fiscal da Obra e Titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com o visto da autoridade competente, em conformidade com o especificado na Proposta de Preços da licitante vencedora e demais peças correlacionadas;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato correlacionado;

PARÁGRAFO TERCEIRO - É de responsabilidade do Fiscal da obra: atestar as Notas Fiscais e lavrar Parecer de Aceitação e Aprovação dos serviços executados, comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual, fornecer atestado de capacidade técnica, em conjunto com o Titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quando solicitado pelo interessado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

a) O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no PROJETO BÁSICO, anexo do Edital.

b) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

c) A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

d) O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

e) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

f) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

g) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DE FORO

Quaisquer contendas emergentes deste Contrato serão dirimidas no Foro da Comarca deste Município, Estado de Alagoas, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PILAR/AL, 23 de Novembro de 2022.

MUNICÍPIO DE PILAR/AL
Ivanilda Rodrigues de Melo
Ivanilda Rodrigues de Melo - Prefeita interina

CONTRATANTE

ARQUITEC ARQUITETURA, ENGENHARIA, E CONSTRUÇÃO LTDA

João Medeiros Rocha

CONTRATADA

JOAO MEDEIROS Assinado de forma digital
por JOAO MEDEIROS
ROCHA:09932186449
6449
Data: 2022.11.22
17:37:44 -03'00'

Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28